

ATA DA 119ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO OBRAS – SPObras

Aos vinte e três dias do mês de julho de 2020, às 8 horas e trinta minutos, foi realizada por meio da Plataforma Microsoft Teams, devido às medidas restritivas implementadas pelos Governos Estadual e Municipal para combate à pandemia causada pelo COVID-19, a 119ª reunião do Conselho Fiscal, com a participação dos conselheiros fiscais titulares, Sr. Marcos Scarpi Costa, Sra. Marcia Regina Moralez, Sr. Thiago Rubio Salvioni, Sr. Sergio Cordeiro de Andrade, o conselheiro suplente, Sr. João Luis Priori Porto, e os representantes da SPObras, Sr. Ronaldo do Prado Farias, Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Adão Borges Vasconcelos, Gerente Financeiro, Sra. Patricia Rocha, Analista de Administração.

Aberta a reunião pelo Presidente do Conselho, Sr. Marcos Scarpi Costa, passou-se à apreciação dos itens da pauta:

Item 1. Aprovação da Ata da 118ª Reunião:

A Ata da 118ª Reunião do Conselho Fiscal da SPObras realizada em vinte e cinco de junho de 2020, previamente conhecida pelos participantes, foi aprovada por unanimidade.

Item 2. Acompanhamento do Orçamento Empresarial – junho/2020:

A seguir, o Sr. Adão Borges Vasconcelos, utilizando-se da projeção de planilhas, apresentou o Fluxo de Caixa da empresa, com valores mensais realizados até o mês de junho e previstos de julho a dezembro do exercício em curso. Discorreu sobre seus valores, sendo que o mês de junho encerrou com saldo em caixa no valor de R\$9.256 mil, mas no ano a previsão é de encerrar com saldo negativo no valor de R\$8.632 mil. As receitas do ano estão previstas em R\$30.675 mil; já nas despesas, a diferença é de quase cinquenta por cento, previstas em R\$60.437 mil. A primeira observação é que as despesas incluem mais de R\$6 milhões de tributos pagos no início do ano sobre resultado de 2019, além de R\$9.437 mil de pagamentos referentes à Fórmula 1 2019. Parte do saldo inicial, no valor de R\$38.065 mil, tem se consumido com a realização desses pagamentos, também com o pagamento dos R\$7.027 mil em junho da primeira parcela de distribuição de dividendos, além da projeção do mesmo valor para pagamento da segunda no final do exercício. A próxima observação é quanto ao comportamento das receitas, advindas do gerenciamento e fiscalização dos projetos junto a PMSP, que reduziram significativamente em função do que se observa no país; assim, à exceção da receita própria que se refere ao mobiliário urbano, restaram as receitas dos serviços do contrato de

Apoio Técnico, executados com a SIURB, pequenas receitas referentes aos Descomplicas, além das Operações Urbanas, que também não apresentam o andamento esperado nas projeções. Discorreu brevemente sobre o andamento das obras no âmbito das Operações Urbanas, destacando entre elas, na Faria Lima, o Corredor Santo Amaro, onde se poderia ter um maior volume de recursos, afetadas porém pela decisão da alta administração municipal para que não se executassem essas obras no decorrer desse exercício; paralelo à essa decisão, também são afetadas as projeções de obtenção de recursos com desapropriações, que passam a seguir em passos mais lentos; assim, restam apenas a execução dos projetos da Ciclopasseira Bernardo Goldfarb e o Largo da Batata fase 3; dessa forma, toda a projeção do início do ano vem sendo revista desde o mês de março. Já na Água Espraiada, o que está previsto é apenas a execução final dos contratos. Em função do exposto, as receitas estimadas inicialmente em R\$47 milhões, conforme o orçamento para 2020, hoje se reduzem para a previsão de R\$30 milhões. Destacou que apesar da situação preocupante do ponto de vista do comprometimento da operação da empresa, a diretoria vem trabalhando e tentando captar novas fontes de receitas, buscando a contratação junto às outras secretarias ou órgãos do próprio governo, naqueles que possuem recursos para projetos em andamento, porém ainda não há informações concretas para atualização do fluxo de caixa. Após, tomando a palavra, o diretor Sr. Ronaldo do Prado Farias reforçou o empenho da diretoria na busca de receitas para a empresa, entre elas, em relação às obras do Corredor Santo Amaro, elucidou que o Presidente da empresa tem se esforçado para que ocorra sua retomada. Discorreu ainda, sobre as tratativas com diversas Secretarias que possuem recursos para obras, entre elas: Secretaria da Educação em fase de tratativa de contrato, para execução de algumas obras; Secretaria da Saúde, tratativas adiantadas para a execução de algumas Unidades Básicas de Saúde, que já estão inclusive licitadas; Secretaria de Habitação, com interesse em passar para a SPObras o gerenciamento de algumas obras já licitadas de Habitação de Interesse Social; e Secretaria de Transporte, com possibilidades de alguns recursos. Continuando, informou que na última reunião do Conselho de Administração foi sugerido que a SPObras conversasse juntamente com a Secretaria da Fazenda e com a Secretaria de Governo para uma reavaliação sobre a questão do pagamento da segunda parcela da distribuição dos lucros, assunto já em tratativas pelo Presidente da empresa, com possibilidades de sucesso para suspensão do pagamento. Assim, com as ações elencadas, espera-se o equilíbrio das contas no ano corrente. Com a palavra, o Presidente do Conselho lembrou aos demais que a questão dos dividendos tem sido provocada nas últimas duas reuniões, considerando primordial a reversão na decisão da distribuição. Após, questionou sobre a realização do Grande Prêmio da Fórmula 1 2020. Respondendo à Autoridade, o Diretor Ronaldo Farias

informou que no dia anterior houve divulgação do cancelamento das provas das Américas. Ainda sobre as finanças da empresa, o Conselheiro João Piori questionou sobre o recebimento das receitas provenientes dos Abrigos, porquanto foi consignado na Ata de reunião do Conselho de Administração de 28/05/2020 o envio de carta pela concessionária Ótima alegando dificuldades financeiras para o pagamento à SPObra; questionou também sobre o valor a ser pago a título de Plano de Metas e Resultado – PMR, tratado na reunião de Diretoria do dia 05/06/2020, e quanto à sua previsão nas contas da empresa. Retomando, o Diretor respondeu aos questionamentos do Conselheiro, respectivamente: que o pedido da Ótima foi indeferido, concedido apenas um prazo até o final de julho para a regularização do pagamento de uma parcela que consta em atraso, o que foi concordado pela Concessionária; quanto ao PMR, explicou estar sendo providenciado pela diretoria, ainda com discussões junto ao DECAP e com valores a serem apurados. Por fim, a Conselheira Márcia teceu comentários sobre a importância das receitas provenientes da realização dos eventos da Fórmula 1 no equilíbrio das contas da empresa, deixando consignado o alerta para a empresa buscar condições de equilíbrio durante o ano, não obstante o impacto causado pelo cancelamento da realização do evento em 2020. À essa preocupação da Conselheira, o Sr. Diretor reforçou as ações que vêm sendo empreendidas pela empresa.

Item 3. Aprovação das Demonstrações Contábeis – junho/2020:

Foi apresentado o resultado contábil de junho/2020. No mês apurou um lucro de R\$1.447 mil, porém registrou no acumulado prejuízo de R\$10.604 mil; o Patrimônio Líquido permaneceu invertido, no valor de R\$1.175 mil, e o disponível encerrou com saldo de R\$9.256 mil. Os detalhes constam nos Balancetes e Demonstração de Resultado do mês de junho/2020, que foram previamente encaminhados. Após, de conhecimento dos números, o Conselheiro Presidente destacou a situação crítica da empresa quanto ao Patrimônio Líquido negativo, já projetando inclusive o pagamento da segunda parcela da distribuição dos dividendos; assim, reitera pela terceira reunião consecutiva, que haja maior empenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e, se precisar, com alguma intervenção do Conselho Fiscal, nas tratativas de rever a decisão da distribuição de dividendos sobre o resultado de 2019; ainda, reforçou que o Patrimônio invertido é um ponto para sensibilização quanto à reversão da decisão, visto que traz consequências negativas tanto para a empresa quanto para a administração. O Sr. Adão discorreu sobre a cronologia das tratativas do assunto, iniciado com a decisão imposta pela JOF e posteriormente com as discussões ocorridas nas últimas reuniões dos Conselhos, finalizando com as tratativas do Presidente da empresa junto à Secretaria da Fazenda e Secretaria de Governo, observado no item anterior da pauta. Retomando a fala, o Diretor Ronaldo novamente

chamou atenção para o fato que na época da definição da distribuição dos lucros a empresa apresentava outro cenário de previsão de receitas, a PMSP tinha bons recursos de caixa com previsão de grandes obras em andamento e ainda não se falava em pandemia, assim não se imaginava os resultados decorrentes dela; justamente essas questões estão sendo discutidas com a Secretaria da Fazenda, e espera-se que para a próxima reunião já possa apresentar o resultado dessas negociações, tendente ao cancelamento da segunda parcela da distribuição dos lucros. Finalizando o item, e não havendo manifestações contrárias, as contas foram aprovadas pelos membros do Conselho Fiscal.

Item 4. Plano de Trabalho do Conselho Fiscal:

São tópicos do plano de trabalho para a reunião: 1) Situação geral das contas; 2) Certidões negativas de débitos; 3) Análise do Fluxo de Caixa mensal e projeção anual; 4) Acompanhar as Atas das Reuniões da Diretoria e Conselho de Administração; 5) Análise do Relatório Anual decorrente do acompanhamento do Compromisso de Desempenho Institucional – CDI 2019; 6) Aprovação do Plano de Trabalho 2020-2021. Para atendimento aos tópicos do plano de trabalho, o material foi previamente encaminhado aos Senhores Conselheiros e seus pormenores analisados no decorrer da reunião. Quanto ao tópico 5, a análise do Relatório do CDI 2019 teve início já na reunião anterior. Para as devidas considerações, o Presidente do Conselho passou a palavra ao Sr. Adão, que observou, em relação ao desempenhado em 2019, um nível de execução bastante elevado e significativo daquelas obras que estavam sob a responsabilidade de fiscalização e gerenciamento da SPObras; entre elas, destacou o programa de implantação do Descomplica, equipamento urbano de excelente aceitação pela comunidade, onde foram dedicados recursos técnicos e empenho para o avanço e entrega desses equipamentos; também outro aspecto importante foi a emergência nas inspeções das Obras de Artes Especiais e nas intervenções efetuadas em algumas dessas pontes e viadutos, de suma importância para a cidade. Traduzindo em números a execução técnica do que estava planejado no CDI 2019 foi bastante relevante. Observou, ainda, que não obstante investirem em algumas ações que não andaram em conformidade com o Plano de Metas da cidade, isso se deu em decorrência de eventos que estão fora do controle da SPObras, se referindo especialmente à Mobilidade Urbana, programa já de outra gestão; por conta de dificuldades inclusive nos projetos, parte significativa dos recursos federais, previstos no âmbito do PAC, foram cancelados, e a municipalidade não dispõe de recursos para tocar esses ambiciosos projetos que envolvem gastos elevados, principalmente na questão das desapropriações. Essa situação de não atendimento se estende desde o primeiro CDI, inclusive com apontamentos constantes do Tribunal de Contas, destacando que esse programa não

consegue caminhar de acordo com as necessidades ou com o planejado pela prefeitura. Porém, em contrapartida, observou que prefeitura vem buscando financiamento com o Banco Mundial para a construção do Corredor de Aricanduva, assunto bastante avançado e já com licitação para a contratação do projeto; espera-se já para 2021 a conclusão do projeto e a licitação das obras, talvez até com início já em 2021; essa intervenção pode ter impacto positivo nessa questão da mobilidade, que tem recebido avaliação muito negativa tanto do ponto de vista dos órgãos de controle como do ponto de vista da opinião pública de um modo geral. Concluindo, o Sr. Diretor teceu comentários sobre o desempenho em alto nível por parte da SPObras, reforçando ser decorrente de fontes externas os pontos onde não se obteve o desempenho esperado. A seguir, o Sr. Presidente indagou quanto ao impacto das ocorrências atuais no CDI 2020, porém o Sr. Adão esclareceu que ainda não há do ponto de vista técnico e nem do ponto de vista da alta administração da empresa orientação para proceder à revisão dos números, e que a empresa está no aguardo do desfecho de algumas situações, para então verificar ou não junto a JOF quanto à necessidade desta revisão. Ilustrou algumas situações, como, por exemplo, um dos grandes eventos do CDI 2020, tanto do ponto de vista de importância para a cidade quanto do ponto de vista financeiro, a execução da Nova Ligação Pirituba-Lapa; o contrato, que iniciou o ano em pleno vapor na execução, teve uma liminar concedida por um juiz para sua suspensão, sob alegação de falta de licenciamentos ambientais; o desentrelaçamento é um assunto para a alta administração e espera-se a qualquer momento que ocorra uma reversão dessa decisão de primeira instância, pois não existe uma sustentação técnica forte para o impedimento da obra. Também outro principal evento, a continuidade do programa de intervenções nas Obras de Artes Especiais, com três concorrências em SIURB já em fase de homologações / comunicados, que apresenta possibilidade de avanço nessas inspeções ainda no decorrer desse ano; porém depende dos recursos para o andamento. Ainda tratando de assuntos do CDI, o Conselheiro João Luis solicitou para a próxima reunião, comparativo das principais receitas previstas no CDI 2020 e no Fluxo de Caixa revisado. Passando para o tópico 6, e encerrando o item 4 da pauta, foi aprovado unanimemente pelo Colegiado, após apresentação da Minuta, o Plano de Trabalho 2020-2021, que abrange o período de agosto/2020 à julho/2021.

Item 5. Assuntos Gerais:

Ato contínuo, buscando atualização sobre o assunto, o Presidente do Conselho retomou a questão apontada pelo Tribunal de Contas do Município-TCM no julgamento das contas de 2016 e 2017 – que tratou dos recebimentos de recursos, com destinação exclusiva de repasse às contratadas, mas que não transitaram nas contas de resultado e não foram oferecidos à tributação, tendo

o relator estabelecido a criação de Comissão para melhor análise desse apontamento. Em esclarecimento, o Sr. Adão, informou que no momento está em elaboração àquele mesmo órgão fiscalizador, respostas referente auditoria nas contas de 2019, sendo que uma dentre elas trata novamente desse mesmo assunto. Será encaminhado o processo para ciência deste Conselho, mas já adiantou que na resposta a empresa solicitará acesso à conclusão dos trabalhos da Comissão, para que não tenha prejudicado o seu direito de defesa. O Presidente, novamente reforçou seu entendimento de que os valores repassados não configuram receita para a empresa e não alteram o seu patrimônio, possibilitando sustentabilidade quanto às técnicas contábeis adotadas pela empresa.

Ao final da apreciação dos assuntos constantes da pauta e nada mais havendo a ser tratado o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.

Marcos Scarpi Costa
Conselheiro Titular – Presidente

Marcia Regina Moralez
Conselheira Titular

Thiago Rubio Salvioni
Conselheiro Titular

Sergio Cordeiro de Andrade
Conselheiro Titular

João Luis Priori Porto
Conselheiro Suplente - Eleito

Ronaldo do Prado Farias
Diretor Administrativo e Financeiro

Adão Borges Vasconcelos
Gerente Financeiro

Patricia Rocha
Analista de Administração